

Elementos para uma plataforma de acordo

Premissas:

1) Para vencer a AD, tem a esquerda que introduzir uma mudança qualitativa. Nas condições actuais essa mudança tem de incidir na zona que inclui o PS. A Frente é condição indispensável para que o PS tenha alguma garantia de, na sua zona, poder alargar o eleitorado.

Donde:

Os grupos que integram potencialmente a Frente têm perante o PS um forte poder negocial, devendo usá-lo na dupla perspectiva de enriquecimento da proposta socialista para as eleições e de vitalização, por dentro, do PS em torno de uma via alternativa.

2) Não basta à esquerda vencer a AD. É fundamental que a sua proposta programática saia fora do esquema acção-reacção (implícito na "alternância do poder"). Terá que equacionar as questões vitais numa perspectiva radicalmente nova.

Donde:

Nas negociações dos vários grupos com o PS terão de ficar bem claras as coordenadas definidoras dessa nova perspectiva e que se não confundem com um "programa de Governo".



3) Toda a instituição com um projecto próprio tem de ser modelar na sua própria orgânica. As negociações não poderão ser abordadas segundo os esquemas clássicos de compartimentação ministerial nem segundo uma concepção parlamentarista desligada da realidade.

Donde:

As negociações deverão ser aproveitadas para se concretizar uma nova estrutura do poder político, dentro dos parâmetros da Constituição, mas com outras condições de credibilidade. Em particular, importa desenvolver um novo estilo de acção governativa.

Directrizes

Fundação Cuidar o Futuro

1. Orientação e fundamentação das opções de política externa

. Importa não só verificar o carácter planetário assumido pelos problemas que preocupam as nações após o eclodir da "revolta-do-petróleo" mas também a nova sensibilidade com que dirigentes ocidentais de vários sectores (por exemplo, Willy Brandt, Giscard) encaram a interrelação desses problemas e o tipo de discurso que daí decorre.

A política externa portuguesa tem de retomar algumas intuições que têm vindo a ser intermitentemente esboçadas desde o 25 de Abril e que se podem esquematizar sumariamente assim:



a) Portugal não se pode impor através de "golpes" oportunistas que são "desculpáveis" no caso dos países ricos e não o são no caso dos países pobres. A ética do relacionamento é o único valor de troca que um país como Portugal pode levar à cena internacional!

b) Portugal não se pode definir internacionalmente a partir dos dados culturais, económicos e políticos das alianças regionais. O sedimento histórico e as exigências programáticas da sua identidade cultural são os vectores determinantes da sua independência nacional.

c) A política externa não pode ser o somatório das relações bi-laterais expressas no intercâmbio directo com cada país ou na forma indirecta de colaboração nos organismos internacionais. Num entendimento planetário do mundo de hoje, a política externa é, antes de mais, o resultado da postura assumida face às grandes questões que hoje se põem à comunidade das nações. É a partir daí que se podem definir relações privilegiadas com outros países.

2. Estruturas de poder político e administrative

. Desde 1974 que o poder de esquerda tem vazado nos mesmos moldes que o poder tradicional e conservador de direita. A possibilidade da vitória eleitoral da esquerda tem de traduzir-se, para vir afectada de credibilidade, numa nova concepção do poder político, que explicita a esse nível a democracia.

Reconhecida a necessidade da democracia parlamentar, há que dar aos elementos que a determinam formas criadoras e consentâneas



com os grandes princípios dos direitos individuais e dos direitos dos grupos. Simultaneamente a verificação, agudizada nos nos dias, da sua ambiguidade face a um mundo cada vez mais complexo, exigem que se procurem formas não-demagógicas do exercício da democracia directa.

São três, neste momento, os nós do poder político sobre os quais existe experiência acumulada.

a) O Governo tem de esvaziar-se de parte do seu poder burocrático, centralizador e sacral em favor do poder local e regional, reservando para si as grandes opções que têm sido sempre tomadas ou determinadas pelos órgãos administrativos. (Min. e Banca). A fórmula governativa tem de ser capaz, a um tempo, de explicitar, pela estrutura, o projecto político que incarna e de assegurar, com o mínimo de compromissos, a mediação das forças de esquerda.

b) O Parlamento tem de deixar de ser quase só lugar de confronto entre partidos e contribuir para minimizar o papel da super-estrutura, tornando-se lugar em que os interesses dos eleitores sejam devidamente canalizados pelos eleitos e em que novos mecanismos de interacção com o eleitorado tornem possível a participação dos portugueses nas decisões que mais afectam o seu presente e o seu futuro.

c) A reorganização administrativa e política do país é o cerne de modificações fundamentais ao nível da estrutura e das realizações do projecto político capaz de se gerar a si próprio. Importa que a regionalização se liberte da carga de "planeamento" de que ainda vem afectada e possa



tornar-se na organização do espaço e das forças sociais capazes de serem sede e agente da dinamização de cada zona e do seu próprio perfil no conjunto do país. Paralelamente, o aparelho do Estado tem de seguir o movimento da sociedade, permitindo as transformações estruturais que o tecido social exija.

3. A articulação das necessidades básicas com os meios económicos

. A experiência mostra que este capítulo é decisivo. Não se trata de encontrar compromissos entre opiniões diferentes. Trata-se do confronto entre a opção pelo crescimento económico como aferidor de todas as decisões e a opção pela satisfação das necessidades básicas expressas através do dinamismo socio-cultural do povo. Trata-se de remeter para a sua condição de instrumentos os índices económicos que na perspectiva Keynesiana se erigiram em objectivos. Trata-se de tornar operacional, programática e funcional a matriz socio-cultural definida como conjunto dos objectivos políticos.

São pilares de uma política assim orientada as seguintes questões:

a) a política económica tem de mudar de orientação no tempo e na relação com as outras políticas. Quanto à sua definição no tempo, é fundamental a clarificação de objectivos a longo prazo, sendo as medidas a curto prazo aquelas que são necessariamente influenciadas pela adaptação às



às oscilações da cena internacional. Quanto à sua relação com as outras políticas, importa tornar bem claro que a economia se encontra, toda ela, ao serviço de um objectivo: a satisfação das necessidades básicas tais como o povo as experimenta.

b) A grande questão que se põe na criação da riqueza é a "descoberta da reconversão produtiva do país". A definição do que devemos produzir (a orientação da produção) tem de assentar ao menos em dois princípios, complementares dos que decorrem das exigências socio-culturais relativas à produção. Por um lado, importa estruturar os sectores produtivos já em si redistributivos em oposição aos que tendem a acentuar as assimetrias existentes. Por outro lado, há que garantir que a necessária especialização em certos produtos se não efectue na base de mão-de-obra barata.

c) É crucial na reorientação da economia e na sua subordinação a objectivos de ordem socio-cultural a clareza do orçamento. Impõe-se, por isso, uma óptica orçamental quase inteiramente transparente a primazia do desenvolvimento (entendida na sua matriz cultural) sobre o crescimento (entendido, como tem sido tradição, na interdependência dos factores financeiros e monetários).

4. Formas de energia e projecto de sociedade

. Perante o preço inevitavelmente crescente do petróleo e perante a sua escassez a prazo, a questão que se põe numa sociedade como a portuguesa é a dos tipos de energia a desenvolver e a produzir. Não tem razão de ser o que foi dito nos pontos ante



riores (e especialmente no ponto 3 quanto à reconversão da produção) se todas as escolhas ficarem inexoravelmente determinadas pelo tipo de energia, como é o caso da energia nuclear.

Assim importa esclarecer os seguintes pontos:

a) No termo de dois séculos de industrialismo, fica de pé o problema da opção a longo prazo relativo à energia como condicionante do tipo de sociedade necessariamente post-industrial, que queremos construir. Um acordo de princípio sobre a via a seguir, assente no conhecimento dos recursos e tecnologias disponíveis, é também determinante do futuro.

b) A questão da energia nuclear merece uma decisão de consenso. A utilização da energia nuclear põe não só as questões de ordem ecológica que são frequentemente citadas (e quesse não podem minimizar) mas também, e sobretudo, o problema da supremacia e controle do Estado sobre os indivíduos e sobre a sociedade no seu conjunto. Não parece lógico que a esquerda envereda por um caminho que supõe um elevado grau de concentração de conhecimentos e de decisões nas mãos de alguns bem como um aparelho policial capaz de garantir a segurança que a utilização da energia nuclear compromete.

c) De forma positiva, importa destacar claramente a energia que é só utilizada sob a forma de calor, sem passar pela electricidade, devendo para essa energia usar-se imediatamente as patentes disponíveis relativas a fontes de energia renováveis. A energia utilizada através de elec-

tricidade tem de ser rigorosamente quantificada e posta em confronto com os recursos ainda disponíveis no país, demonstrando a que seja claramente determinado o déficit energético e o modo de o cobrir.

5. Pressupostos da Revisão Constitucional

Para além dos aspectos concretos e específicos a concertar neste domínio, há dois princípios que importa salvaguardar: por um lado, a legitimidade que advém ao regime do processo do 25 de Abril e, por outro lado, a dinâmica de correlação entre a sociedade e o Estado. Assim:

a) Toda a argumentação desenvolvida pela AD segundo a qual não estamos ainda numa "democracia plena" por existirem órgãos que decorrem do 25 de Abril tem de ser desmontada no que tem de fixação em modelos de democracia existentes mas em evidente situação de crise. Importa contrapor formas de exercício do "poder pelo povo" quer ao nível de base quer das superestruturas que sejam conformes com a Constituição mas que façam avançar a democracia representativa.

b) A revisão da Constituição não pode ser encarada como um processo a realizar "in vitro". Se a vida precede a lei e a sociedade precede o Estado é desejável que a revisão da Constituição se faça em consonância com o processo social que as diferentes forças políticas forem capazes de desencadear. A zona de acordo mais significativa entre as forças de esquerda é justamente aquela em que a esquerda pode desenvolver uma militância que desemboque num verdadeiro movimento social.



d) Uma opção clara tem de ser feita relativamente à complementaridade entre "poder" e "liderança". Embora a "liderança" seja difícil de enquadrar em dispositivos legais, é necessário que a revisão constitucional deixe margem suficiente, tanto ao nível do Primeiro-Ministro como do Presidente da República, para o exercício de qualidade da "liderança".

Fundação Cuidar o Futuro

12./

